

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XVI - Nº 300 - DE 29 DE MAIO A 12 DE JUNHO DE 2005 - R\$ 1,50

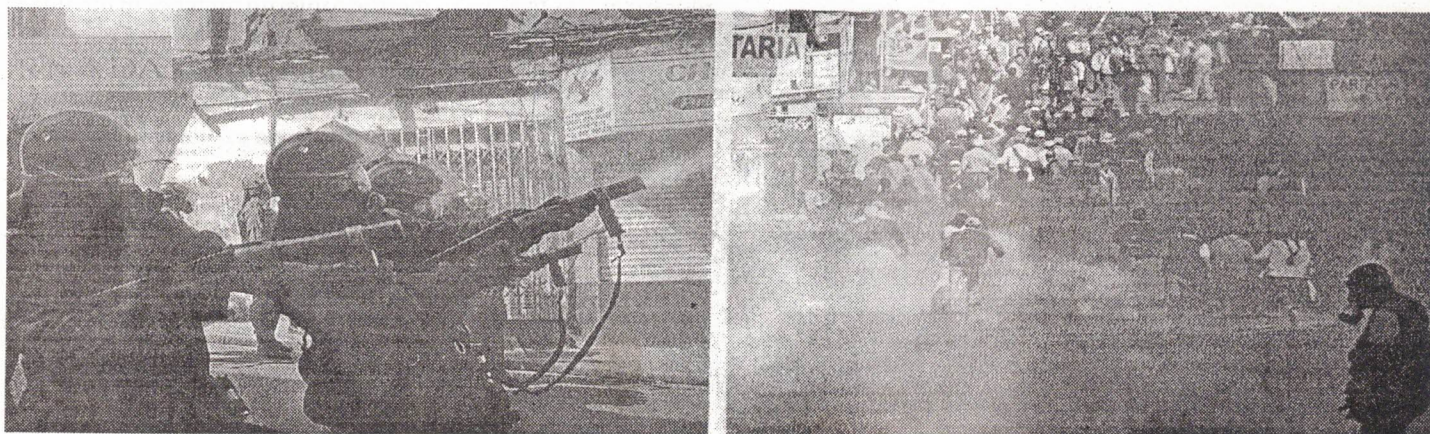
O governo do PT/Lula e a CPI dos Correios: A disputa interburguesa expõe a corrupção e o fisiologismo.



**Professores-SP:
A experiência frentista no
interior da oposição unificada
e a luta pela unificação com
os municipais expõem
a política das correntes.**

**A marcha do MST a Brasília mostrou disposição de luta,
mas o governo só fez mais promessas.**

**Bolívia: as massas se levantam contra a entrega do gás
e reivindicam a estatização sem indenização**



Opressão imperialista: os EUA torturam e são denunciados

CPI dos Correios mostra governo do PT/Lula afundado na corrupção e fisiologismo

O governo não conseguiu evitar a convocação da CPI dos Correios. Os partidos da oposição burguesa, PSDB e PFL, conseguiram iniciar sua instalação com o apoio de 15 parlamentares do próprio PT.

Para o pedido de CPI, a oposição se apoiou em denúncias de que há um esquema de corrupção nas licitações da empresa estatal, chefiado pelo presidente do PTB, deputado Jefferson, aliado do governo. O esquema de corrupção poderia envolver outros chefes da politicagem burguesa, e atingir inclusive dirigentes do PT, como o tesoureiro Delúbio Soares e o secretário Sívio Pereira.

O propósito do PSDB é usar a CPI como instrumento de ataque ao governo, para denunciar que o PT é tão sujo com a corrupção quanto os demais partidos. O desgaste político do governo seria um meio para preparar o terreno para as eleições gerais de 2006.

As lideranças do governo, como José Dirceu, acusaram a oposição de tramar um golpe contra o governo Lula. O temor de Dirceu é que as denúncias atinjam não só o parceiro do governo, o líder do PTB, mas também figurões do próprio PT, incluído o próprio Dirceu.

Para tentar conter a CPI, o governo lançou mão de uma operação de compra de deputados pela via da liberação de verbas, que chegou a dobrar de ritmo em menos de duas horas, pouco antes do prazo final para a retirada de assinaturas. Apesar disso, não conseguiu impedir que o número mínimo para a instalação fosse alcançado, com apoio de parte do próprio PT.

As CPIs são um palco para as disputas interburguesas articuladas por meio das denúncias. Como são os próprios parlamentares que julgarão suas atitudes, as CPIs concluem em geral conferindo atestados de honestidade aos maiores bandidos. A CPI dos Correios não será diferente. A indicação de seus membros será feita pelas lideranças dos partidos, portanto a base governista estará em maioria de 20 para 10 da oposição. Os partidos da base do governo, justamente os acusados pelo esquema, poderão arrastar seus trabalhos, atrasando todas as investigações, e indicarão o presidente e relator da comissão. A conclusão é que a CPI não poderá investigar e julgar de verdade. Mas servirá para a oposição levar as suas denúncias e desgastar eleitoralmente o PT/Lula e seus aliados.

O governo não queria a instalação da CPI para preservar os nomes dos envolvidos, do governo, e para não ter de gastar ainda mais com a compra de deputados. A instalação da CPI obrigará o governo do PT/Lula a aumentar ainda mais a força dos partidos chamados de "aliados" no interior do governo. Terá de ampliar o fisiologismo e a corrupção e, com isso, a influência dos demais partidos burgueses no governo e em suas políticas.

Mais uma vez, a CPI será palco das disputas interburguesas. A apuração e julgamento verdadeiros dos crimes da burguesia, de seus partidos e chefes, só pode ser obra das massas mobilizadas, de seus tribunais populares, independentes e construídos sobre a base da luta anticapitalista. Sob as CPIs, em que os juizes são os próprios réus, não há apuração nem punição reais.

Crise e politicagem burguesas expressam mais conflitos

A disputa interburguesa tem se acirrado nas últimas semanas. Denúncias de corrupção nos Correios; de compra de parlamentares na assembléia legislativa em Rondônia; as sentenças de inelegibilidade contra o ex-governador Garotinho e sua esposa, a atual governadora do Rio, Rosinha; a derrota do governo na escolha do presidente do Conselho Nacional de Justiça; a disputa judicial ao redor da intervenção na Saúde do Rio; as pressões para a retomada da reforma ministerial, a começar pela coordenação política.

As derrotas do governo têm ocorrido com a colaboração de seus próprios aliados. O PMDB votou contra a indicação ao CNJ do nome do governo, em favor do secretário do governo Alckmin, Alexandre Santos, pela falta de defesa e apoio do governo contra as denúncias que envolveram peemedebistas. O recado foi claro: ou o governo cede mais espaço na administração ou não terá votos no parlamento.

Os grupos capitalistas expressam na política a disputa ao redor da sucessão presidencial e da política econômica. A aplicação das diretrizes dos organismos internacionais pelo governo tem favorecido amplamente o capital financeiro. A lucratividade dos bancos nunca foi tão alta. Os produtos voltados à exportação ainda seguem em elevação, apesar da queda do dólar. As frações capitalistas vinculadas a esses setores festejam a política governamental e apóiam a alta dos juros. Mas os setores voltados ao mercado interno criticam a alta dos juros e impostos e a enxurrada de importações, que têm crescido em ritmo mais acelerado que as exportações. As frações burguesas ligadas ao mercado interno exigem que o governo corte seus gastos para permitir a redução dos juros.

Não há como amenizar as disputas entre as frações burguesas. A política econômica tem como diretriz geral garantir o parasitismo do capital financeiro sobre o país e impor mecanismos que garantam artificialmente a lucratividade dos capitalistas às custas do aumento da opressão nacional e social. Não há meios materiais de se garantir essa transfusão de recursos com desenvolvimento da economia. Os grupos capitalistas têm de se enfrentar para disputar quem mantém seus lucros e quem é bloqueado sob essas condições. Na situação atual, setores capitalistas ligados ao mercado interno pretendem medidas que levam à redução de lucros dos bancos e setores parasitas do Estado. Nas duas alternativas pretendidas pelas frações burguesas, o custo da preservação dos interesses capitalistas recairá sobre as massas, com aumento da exploração do trabalho e destruição de direitos.

As massas não devem seguir nenhuma das frações capitalistas em disputa. A luta unitária e geral pelas reivindicações leva ao confronto com todas as frações capitalistas. A defesa da independência política dos movimentos diante do governo e da burguesia é a base para a luta efetiva pelas reivindicações, e apontam para o enfrentamento antiimperialista e anticapitalista.

Marcha do MST a Brasília

Dez mil camponeses que caminharam centenas de quilômetros mostraram ao governo Lula que estão dispostos a cobrar suas promessas de assentamentos e apoio aos pequenos agricultores. A resposta foi mais algumas promessas.



A direção do MST considerou vitoriosa a marcha. Trouxe para os noticiários o movimento e obteve de Lula o compromisso de assentamento, financiamento, fortalecimento do Incra, revisão dos critérios de produtividade para efeito de desapropriação e cesta básica para os sem-terra.

O governo cumprirá?

A experiência tem demonstrado que se trata de um governo demagógico com os camponeses e firmemente comprometido com o grande capital. É claro que as eleições presidenciais vêm se aproximando e PT tem interesse em manter a sua base eleitoral camponesa. Não é conveniente deixar de conceder migalhas, como cestas básicas etc.

Mas a possibilidade de resolver a situação de milhares de famílias que vivem em acampamentos é improvável, dada a resistência da burguesia e a necessidade de cumprir o pagamento das dívidas interna e externa. A conquista da terra virá das ocupações e da luta unitária dos trabalhadores da cidade e do campo.

Um problema para os camponeses

O compasso de espera perante o cumprimento do governo fazer o que já havia prometido retardará a luta pela terra e incentivará a ilusão no PT. O que quer dizer enfraquecer a via da ocupação de terra.

A direção do MST deu trégua e evitou aprofundar a luta de classe no campo. Julga uma tática correta frente a um governo "aliado".

Sem dúvida, o MST está cercado de inimigos, que procuram colocá-lo na ilegalidade. Por outro lado, as ilusões dos explorados no governo do PT\Lula existem e devem ser consideradas na aplicação da tática do movimento.

Particularmente os camponeses pobres foram convencidos de que viria um governo para resolver seus problemas de sobrevivência. A própria direção dos sem-terra defendeu essa perspectiva política e social.

A posição de dar uma trégua a Lula, esperando que o Ministério da Reforma Agrária se voltasse para os interesses dos oprimidos do campo, foi conseqüência das ilusões no governo. Mas rapidamente se verificou que toda política de Lula se concentrava em resolver os conflitos econômico-financeiros da burguesia. Está aí a necessidade do MST superar o erro tático-estratégico de pôr o movimento por detrás do PT, poupano

assim o seu governo, que faz de tudo para atender o capital financeiro.

Reação da burguesia

Os porta-vozes do capital denunciaram o fato de governos contribuírem com dinheiro e infra-estrutura. Os gastos e a organização da marcha foram descritos minuciosamente. Processos foram abertos para se apurar o apoio estatal. A reação pediu a legalização

do MST para a Justiça poder enquadrá-lo à fiscalização e repressão.

Segundo os agentes da reação, o governo receber um movimento ilegal é auxiliar a subversão. Quanto à promessa de despendar verbas com os sem-terra, denunciou-se que o governo não contribui com os "produtores" (latifundiários e agroindustriais). Pretende-se que Lula renegocie a monumental dívida de 30 bilhões dos grandes capitalistas do agro.

É bem provável que as promessas do governo ao MST têm a ver com as concessões de bilhões que os burgueses exigem em nome da economia. O Estado é capitalista e, portanto, deve dirigir todo o orçamento para os negócios lucrativos. Qualquer migalha aos camponeses prejudica os lucros dos empresários. Assim, a reação é clara: nada de auxílio aos sem-terra; tudo aos grandes proprietários e exportadores. Não poderia ser outra a exigência dos setores mais poderosos do capital.

Entretanto, os políticos da burguesia que contribuíram materialmente com a marcha não o fizeram por serem magnânimos. Pelo contrário, usam o dinheiro para tirar proveitos eleitorais e para impor exigências na hora conveniente.

O certo é que o movimento dos explorados não pode depender um níquel dos burgueses. O importante é ter claro que os trabalhadores têm de enfrentar os capitalistas com independência e com o método da ação direta (ocupações etc). O que certamente se chocará contra o conjunto da classe capitalista e o governo demagógico do PT\Lula.

Uma reivindicação central que não foi motivo de exigência da marcha

Os assassinatos de lideranças, religiosos e trabalhadores sem-terra continuaram sob o governo do PT e até aumentaram. O movimento denuncia diariamente a impunidade dos latifundiários, mineradoras e madeireiras que contratam jagunços para matar e invadir acampamentos.

A justiça e a polícia perseguem a cada passo o MST. O próprio governo reforçou a ação da Agência Nacional de Informação (Abin) para controlar os camponeses. A legislação de FHC contra as ocupações permanece. Juizes, promotores e delegados estão no encalço do movimento agrário. As últimas prisões em Alagoas indicam o recrudescimento da repressão judiciária. A CPI contra o MST objetiva pressionar o governo e dar ar-

gumentos para tornar ilegal o movimento camponês organizado.

Os trabalhadores têm de denunciar o governo do PT/Lula de acobertar os crimes da burguesia. Exigir a punição não só dos jagunços mas também dos mandantes e governos coniventes.

Os trabalhadores têm a tarefa de organizar a autodefesa. As denúncias e reivindicações contra a repressão, a ordem jurídica burguesa e os crimes dos latifundiários são defesas do movimento social e levam à consciência da necessidade da autodefesa.

As direções sindicais isolam o movimento camponês

A marcha a Brasília ocorreu sem que houvesse qualquer tipo de participação do movimento operário. Nas fábricas, mal chegaram informações sobre a campanha nacional do MST e as reivindicações dos sem-terra.

A burocracia sindical tem interesse na reforma da previdência

O governo Lula, que deu continuidade à Reforma da Previdência de FHC, ampliou a Previdência Complementar por meio dos fundos de pensão. Trata-se de um regime privado, paralelo à Previdência Social (pública), em que os trabalhadores contribuem com parte dos salários, uma espécie de “poupança” para o futuro. Os fundos de pensão ganharam força com o desmonte da seguridade estatal. Hoje constituem um dos maiores investimentos financeiros. Somente no ano passado, os fundos de pensão movimentaram R\$280,2 bilhões, o que equivalem 16% do PIB.

A autorização para que os sindicatos pudessem formalizar seus fundos de pensão foi feita na época de FHC. O governo Lula regulamentou essa lei pelo critério da previdência complementar associativa. Assim, os sindicatos e, em particular, as Centrais Sindicais, se arvoraram em formalizar seus fundos de pensão. Pelo mecanismo, os sindicatos e Centrais recolhem o dinheiro, mas a aplicação dele depende de uma instituição financeira.

A burocracia da Força Sindical foi a primeira a conseguir a aprovação de funcionamento da Forçaprev, que pretende vender outros pacotes de seguros aos operários.

A CUT, que é pró-governo, corre atrás da documentação para legalizar a “CUT-Prev”. Para isso, conta com a ajuda dos três maiores fundos de pensão: Banco do Brasil-Previ; Petrobrás-Petros e Caixa Econômica Federal-Funcef. Um dos arquitetos desse mecanismo de retirada de dinheiro dos trabalhadores é o vendido Gilmar Carneiro, que no passado esteve na direção do sindicato dos bancários. Com o discurso do capitalista interesseiro, os burocratas da CUT dizem que as

Anos a fio de organização de acampamentos, ocupações e enfrentamentos, o MST se fortaleceu, mas não tem como ir mais além da correlação de forças alcançada. É preciso confluir com o proletariado. Mas o movimento operário se encontra fragmentado e bloqueado pelas direções da CUT e da Força Sindical.

Certamente, trata-se de uma situação provisória, em parte alimentada pelas ilusões no PT e no governo Lula. Não tardará para a retomada das lutas. As condições do capitalismo tendem a retomar os desequilíbrios. E os compromissos da burocracia com a classe capitalista e seu Estado se evidenciarão ainda mais.

É preciso reconhecer os limites do movimento camponês e trabalhar pela unidade com a classe operária. O movimento independente das massas oprimidas depende do proletariado tomar a direção da luta antiimperialista e anticapitalista. A construção do partido operário revolucionário é ponto crucial para avançar a aliança operário e camponesa.

aplicações terão um cunho mais solidário, ao contrário dos bancos. Chegam ao ponto de dizer que o trabalhador participa da administração de seu dinheiro. Falso. É um mecanismo de fortalecimento da casta burocrática que dirige os grandes sindicatos/Centrais, que fazem dos organismos dos trabalhadores um negócio lucrativo.

Depois do apoio à Reforma da Previdência, os burocratas passaram a defender a Reforma Sindical. As duas se completam. Se, de um lado, abdicaram do imposto sindical, que é um fábula de dinheiro que sustenta o parasitismo dessa casta de dirigentes; de outro, criam outra fonte de recursos, que são os fundos de pensão. Primeiro, ajudaram os governos a destruir a previdência estatal e, agora, fortalecem o regime privado. Por meio desses fundos, a Força Sindical e a CUT/PT procurarão sindicalizar os operários. Mas vão além disso. Querem firmar acordos com o patronato de sustentação da previdência complementar. Um dos planos da CUT, revelados por Gilmar, é negociar com os patrões, nas tais convenções coletivas, um fórmula em que “o sindicalizado que aderir ao plano receberia como contrapartida uma contribuição da empresa”.

A burocracia corrompida ajuda a aplicar as exigências do FMI/BIRD de aumentar a exploração por meio da previdência privada e piorar as condições da previdência pública. O governo do PT/Lula já está elaborando uma nova ofensiva contra a aposentadoria e os aposentados. É preciso responder com luta, vinculando a defesa da previdência pública com a bandeira de fim da previdência privada. É preciso entender que essa é uma luta contra as imposições do grande capital interno e do imperialismo.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Recife-PE**Prefeitura do PT destrói os direitos do funcionalismo**

O PT assumiu a prefeitura de Recife e dá continuidade às reformas pró-imperialistas do governo Lula.

No final de 2004, a Prefeitura preparou um conjunto de medidas que atacam os direitos do funcionalismo. Eis algumas:

1. Extinguiu os quinquênios;
2. Aumentou o desconto da Previdência de 11% para 13%;
3. Taxou a saúde em 3,5%;
4. Acabou com o plano de saúde dos servidores da Empresa de Urbanização

(URB) e da Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana (EMLURB).

E determinou o reajuste do salário do prefeito e dos secretários em 30,7%.

O prefeito João Paulo (PT), diante das reivindicações dos servidores públicos de reajuste salarial, declarou que a prefeitura não tem recursos. Assim, manteve a política de arrocho.

A assembléia dos professores municipais aprovou a greve. Prontamente, a Secretaria da Educação, sob o comando

da professora Maria Luíza Aléssio, que foi dirigente do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco, colocou-se contra o movimento e assumiu a mesma conduta de governos burgueses. Ou seja, não negocia com os grevistas.

Diante da truculência da administração petista, os professores chamam a unidade dos servidores municipais para que de conjunto possam enfrentar a política de ataque do prefeito João Paulo.

 **Movimento****Metalúrgicos-ABC:****Voto nulo, em defesa de eleições diretas para a direção do sindicato**

Nos dias 31 de maio e 1º de junho tem o segundo turno das eleições para a direção do sindicato metalúrgico do ABC. Neste segundo turno, haverá apenas uma chapa inscrita, a chapa um. Nós, do Nossa Classe, estamos convocando todos os trabalhadores da Volks a votarem nulo.

A razão pela qual estamos convocando os companheiros a votar nulo é porque as eleições para a direção do sindicato deixaram de ser diretas e passaram a ser indiretas. Entendam melhor:

Antes de existirem os Comitês Sindicais, as eleições para a direção do sindicato eram diretas, ou seja, havia apenas

um turno das eleições e todos os trabalhadores poderiam fazer parte da composição das chapas.

Hoje não, as eleições são indiretas, primeiro existem as eleições para os Comitês Sindicais (como aconteceu nos dias 12 e 13 de abril), nas quais são eleitos os diretores em cada fábrica, e somente esses diretores eleitos para os comitês poderão fazer parte da chapa que participará do segundo turno.

Se não existisse o método burocrático, em que só os diretores eleitos para o comitê podem participar da eleição para a direção do sindicato, nós da Oposição poderíamos formar uma chapa, apresen-

tar nossas propostas para todos os metalúrgicos do ABC e concorrer às eleições que acontecerão nos dias 31 de maio e 1º de julho e não teria apenas uma chapa inscrita.

Os comitês foram a forma que a direção do sindicato criou para dificultar que a Oposição consiga lançar chapas para a direção do sindicato.

O Nossa Classe defende:

Eleição direta para a direção do sindicato

Que todos os trabalhadores possam fazer parte das chapas à direção do sindicato.

A independência do sindicato em relação aos patrões e o governo - Campanha salarial unificada de todos os metalúrgicos do ABC

A direção do sindicato informou na Tribuna Metalúrgica que a pauta da campanha salarial será entregue em junho para os patrões. Certamente, a direção convocará uma plenária para definir a pauta, como acontece todos os anos. Nos últimos anos a direção do sindicato tem feito a divisão dos trabalhadores ao dividir os metalúrgicos do ABC por gru-

pos, Montadoras, Autopeças, Fundição, grupo nove e outros, ou seja, aprovam nas plenárias negociações separadas com os patrões. Ao fazer isso a direção de nosso sindicato está contribuindo para o não avanço da luta. Todos sabemos que unidos teremos mais força de arrancar dos patrões a nossa pauta de reivindicação salarial.

O Nossa Classe defende:

Campanha salarial unificada de todos os metalúrgicos do ABC.

Assembléia geral de todos os metalúrgicos para arrancar dos patrões o reajuste mais aumento real.

Fim da divisão dos metalúrgicos por grupos.

Oposição Unificada: questões táticas

A plenária da Corrente Proletária da Educação discutiu o apoio crítico à chapa da Oposição Unificada e os conflitos nas regiões, originados de métodos distintos de realização da campanha eleitoral.

Apresentamos abaixo o texto que serviu de base para o debate.

1. Verificamos que essas eleições diferenciam-se das anteriores e têm particularidades.

a) A chegada do PT no poder do Estado e a demonstração de que o reformismo se transformou em pró-imperialismo levaram e estão levando a um realinhamento das correntes que intervêm nos sindicatos. O realinhamento se dá, pelo menos, em três tendências: a de apoio ao governo e integração da burocracia sindical a ele; a que se diz contra a política pró-imperialista do governo, mas que procura artificialmente separar o PT do governo; e a que se coloca contra o governo e a política do PT e de sua burocracia estatizante. Certamente, há diferenças entre as correntes em cada campo do realinhamento. Não é o caso aqui de demonstrar as nuances. Nos atemos ao fato da maior parte das correntes de esquerda ter apoiado o PT e apresentado uma estratégia de governo para o reformismo. E não ter como se manter enfileiradas por detrás desse partido. Vemos claramente dois acontecimentos interligados. O PSTU fez uma virada para posições esquerdistas de rompimento com a CUT e a UNE. E setores da esquerda reformista romperam com o PT, formando o PSol. Esse processo passa a se refletir no movimento sindical. Na Apeoesp, há uma ruptura nas fileiras da Oposição Alternativa, com a saída da ASS, que critica o governo, mas defende o PT. Essa corrente vai se aliar com O Trabalho. A Articulação se uniu a Artnova, manteve a unidade com o PCdoB, com o claro objetivo de defender o governo Lula e o PT. O antigo alinhamento da chapa 4 também se rompeu. Com a negativa de uma parcela de travar a luta em torno da bandeira de unificar a oposição, o POR e a FOS se colocaram pela unificação. Os que não aceitaram discutir a unificação, acabaram se dividindo em duas chapas (Oposição de Luta e Oposição Revolucionária). A chapa Oposição de Verdade, que é do PCO

manteve seu isolamento aparelhista. Esse quadro mostra o seguinte: 1) os petistas e governistas constituíram um campo, dividido em duas chapas. Anteriormente, dividiam em três. Há uma clara determinação de se garantir a hegemonia das posições petistas; 2) a oposição sindical da esquerda não petista aumentou sua divisão, com a fragmentação da chapa 4. E reforçou essa divisão com o isolamento aparelhista da chapa Oposição de Verdade. Vemos que estava plenamente colocada, em tais circunstâncias políticas, a discussão de unificar a oposição, para combater a posição petista/governista e derrotá-la. Da mesma forma, esteve colocado para os governistas a discussão da unidade contra a Oposição, que poderia avançar apoiada no descontentamento dos trabalhadores com a direção burocrática.

b) Não se tratava de unificar por unificar e muito menos unificar a qualquer custo a Oposição. Mas era um dever revolucionário trabalhar pela unificação defendendo um programa classista e utilizando a crítica. A negação antecipada da unificação, baseando-se em críticas corretas à política e a condutas da oposição centrista (Alternativa/PSTU), revelou traços sectários de agrupamentos que não compreendem a necessidade de travar a batalha no interior da vanguarda oposicionista. Não compreendem por que não elaboram o programa no processo concreto da luta de classes, que envolve o choque entre as correntes. E, portanto, não estão voltados a construir o Partido Revolucionário, só formalmente declaram-se a seu favor. O chamado da Alternativa a discutir a unificação não poderia ser rejeitado nas circunstâncias em que estavam abertas as possibilidades de defesa do programa, do objetivo de derrocada da burocracia, de combate ao governo e de luta pelo método frentista. Por outro lado, sem dúvida, havia o risco de adaptação às pressões da Alternativa,

que possui peso numérico e força de aparelho. Havia também o perigo de se renunciar a posições em nome da necessidade da unificação e devido às pressões de uma camada mais avançada dos trabalhadores da educação que aspiram varrer os burocratas. No entanto, esses riscos não poderiam ser enfrentados simplesmente renunciando ao combate pela unificação, colocada como necessidade pela situação política, pela experiência dos trabalhadores com a burocracia e pelas exigências da luta de classes. Nesse ponto, é importante verificar as diferenças de posição e de conduta entre o POR/Corrente Proletária e a FOS. Esse agrupamento (que também não constrói o partido) não compreendeu que a unificação da Oposição não é a soma de correntes e negociação de pontos programáticos. Não se constitui unidade real sem luta entre posições distintas e comprovadas pela experiência no movimento. Unificar em uma eleição sindical não significa adaptar-se uns aos outros. No caso, a adaptação seria não do centrismo à posição revolucionária, mas da posição revolucionária ao centrismo. Como a FOS não tem posições programáticas – não confundir reivindicações sindicais e de oposicionismo governamental com o programa – fatalmente expressa também posições sindicais centristas. Por isso não se dispôs a constituir uma frente com o POR na defesa do programa e acabaram aceitando as imposições da Alternativa, inclusive na formação da chapa. Tiveram posições comuns ao POR na defesa dos critérios de democracia das plenárias de unificação, mas não puderam ser conseqüentes na luta contra os traços burocráticos da Alternativa. Como se vê, a unificação da Oposição não se dava num terreno plano e sem combate. A aplicação da tática frentista é fundamental para os marxistas, justamente por que é necessário travar a luta no interior da vanguarda que

constitui o movimento oposicionista em choque com a burocracia estatizante.

c) A luta que tivemos no interior da Oposição Unificada e que nos obrigou a ficar fora da chapa e defender o voto crítico programático deve ser vista como um elo do trabalho revolucionário no interior do movimento oposicionista. O fato do centrismo partidário e do centrismo sindical aglutinar uma importante camada de ativistas e servir de canal de expressão do descontentamento de uma parcela significativa dos professores obriga, nas circunstâncias políticas atuais, a defesa da Oposição Unificada, por meio da qual as correntes podem travar a luta e fazer experiência com a democracia proletária. É claro que o centrismo majoritário reflete contradições e uma delas é que carrega em seu seio traços aparelhistas e métodos burocráticos. Por não ser revolucionário, evita a todo custo o debate aberto e as formas de decisão coletivas que possam modificar as posições de sua própria base. Isso foi demonstrado nas tentativas de evitar as divergências programáticas em plenário e na imposição de uma chapa montada fora da plenária e imposta a ela,

usando do peso numérico. Vemos também que abusa do controle da imprensa da oposição, ao ponto de colocar posição que não foi aprovada na plenária, a exemplo da questão da desfiliação da CUT. Nas chapas unificadas regionais, usa o expediente de indicar nomes de candidaturas prioritárias. É claro que essas práticas alimentam as desconfianças entre aliados de uma frente. Esses problemas que vão se mostrando na experiência frentista eram já previsíveis. Seria uma ilusão esperar outra conduta do centrismo. O importante está justamente em que o trabalho revolucionário no seio da oposição unificada permite ressaltar essas condutas que se contrapõem ao programa e implantar, por outro lado, a prática marxista da democracia proletária, sem a qual não se pode penetrar o programa no seio das massas e alcançar o objetivo de destruição da direção contra-revolucionária que controla os sindicatos. Não dá para renunciar a tarefa de ajudar a vanguarda a se emancipar do centrismo, que tem demonstrado na sua trajetória ora adaptação ao reformismo/burocratismo ora oposicionismo. É inegável a força do centrismo na Apeoesp, tem expressão na base e orga-

niza uma numerosa vanguarda. No momento em que sua política de adaptação ao PT entra em colapso e em que se vê obrigado a guinar para a esquerda, abre caminho para a atuação revolucionária. A colocação pela própria Alternativa da necessidade de uma Oposição Unificada, que antes só abarcava a esquerda petista, resulta desse colapso. Como manter a mesma política de aglutinação dos petistas se o PSTU se lança a romper com a CUT e atacar o governo Lula? A cisão na Alternativa prova justamente a dificuldade do PSTU em contar com todos os antigos aliados. Quem não vê essas mudanças e a abertura de possibilidade de intervenção no interior do centrismo com o programa e a tática marxistas comete um erro ultra-esquerdista. Quem é arrastado pelas novas circunstâncias criadas pelo centrismo sem dar a devida batalha também comete o erro da adaptação, portanto, não compreende o erro oportunista. Esse processo não está concluído. As manobras aparelhistas do PSTU não devem obscurecer o problema político da unificação e nem levar a conclusões precipitadas (empíricas) sobre o esgotamento dessa experiência.

Professores-SP

É preciso derrotar a política burocrática

Assembléia rejeitou a Reforma Sindical

Na assembléia do dia 20 de maio, os professores votaram contra a Reforma Sindical do governo PT/Lula. A corrente Articulação/Artnova defendeu a reforma sob vaias da grande maioria dos presentes. Mesmo assim, não pretendia declarar o resultado da votação. Como era inviável a contagem, mais intervenções foram feitas e novamente submetida à votação. Uma vez que os burocratas não reconheciam a derrota, foram achincalhados até que admitiram colocar nos boletins da Apeoesp o resultado contrário à reforma sindical.

Oposição Alternativa fraquejou

A Oposição não compareceu unifi-

cada quanto à campanha salarial. O PSTU e alguns setores da Oposição Alternativa defenderam aguardar até o dia 17 de junho para a realização de outra assembléia. A Articulação/Artnova e PCdoB apoiaram a proposta. Juntos se colocaram contra a defesa da unidade com o funcionalismo municipal, que havia decretado greve no dia 2, combatendo a proposta de paralisação nos dias 2 e 3 de junho, defendida pelo POR e LOI.

Certamente, o PSTU e a burocracia petista estavam unidos em função de adiar a campanha salarial para após as eleições da Apeoesp, que ocorrerão no dia 9 de junho. O dia 17 de junho soou como encerramento da campanha salarial, haja vista o final do semestre letivo.

A maioria da assembléia votou na proposta do dia 17. A unidade com os municipais e a realização de uma assem-

bléia no dia 3 fortaleceria o movimento contra Serra e Alckmin. A rejeição dessa unidade fortaleceu o corporativismo das direções burocráticas e contribuiu para isolar o movimento grevista dos municipais. A combinação da luta dos servidores do estado e do município daria força e mais ânimo para a parcela de professores estaduais que resistem a mobilização coletiva.

O POR/Corrente Proletária interveio na assembléia e atuou por meio do boletim, que reproduzimos abaixo.

Alckmin, Serra e Lula contra o ensino público, os salários e os direitos trabalhistas

Os governos estão unidos na implantação das medidas neoliberais para a educação. Os acontecimentos desses úl-

timos dias só vêm reforçar essa nossa colocação:

1. Serra impôs o aumento da contribuição previdenciária, de 5% para 11%. O que Alckmin já havia feito seis meses antes de Lula aprovar a reforma da previdência, que autoriza a elevação dos descontos. Portanto, do PSDB ao PT, os governos impõem aumento dos descontos e dificultam as aposentadorias.

2. Alckmin não concedeu nenhum reajuste ao funcionalismo. Serra segue a mesma trilha. E Lula ofereceu 0,1%, que é uma afronta aos servidores públicos. Estão juntos na imposição do arrocho salarial.

3. Serra declarou que ampliará a municipalização, contando com o apoio dos empresários da Fiesp, dos banqueiros estrangeiros (BID) e do governo Alckmin. Lula não revogou nenhuma medida que dita a municipalização. São, assim, parceiros da municipalização que só traz desemprego, fechamento de escolas e eliminação de direitos.

4. Lula, Alckmin e Serra estão de comum acordo em substituir o Fundef pelo Fundeb. Sem elevar o montante de recursos para a educação, os governos, por meio ora do Fundef, ora do Fundeb, caminham para a destruição da escola pública e fortalecimento do ensino privado.

5. Do presidente ao prefeito há um só coro na defesa da Reforma do Ensino Superior, que protege os empresários da educação e reduz o papel do Estado no sustento do ensino gratuito. E, juntos, contam com os deputados para que votem a favor da Reforma Sindical/Trabalhista, para legitimar a flexibilização de direitos dos assalariados.

Como se vê, há uma centralização na aplicação das diretrizes neoliberais. Lula continua as reformas do governo FHC e Alckmin e Serra seguem a mesma cartilha. O objetivo dos governos é o de cortar recursos das áreas sociais. E as conseqüências têm sido duras para os estudantes e os trabalhadores da educação. O desemprego, arrocho salarial, precarização das condições de trabalho, contratos temporários, redução de direitos, destruição de conquistas



Assembléia aprovou contra a reforma sindical, a contragosto da direção, mas não apoiou a unificação com os municipais.

do Plano de Carreira, fechamento de escolas e superlotação de salas de aulas atestam o caráter nefasto das medidas que vêm sendo impostas pelos governos.

Direções sindicais são correias de transmissão das políticas governamentais

Da mesma forma que os governos estão unidos, as direções dos sindicatos (Apeoesp, CPP, Udemo, CUT etc) também se unificaram em torno da não organização e da não mobilização dos trabalhadores. São direções colaboracionistas. No caso da Apeoesp, a direção majoritária está sempre enxergando pontos positivos nas medidas que Alckmin vem impondo à educação e ao magistério. Basta ver a sua campanha de elogios à farsa da evolução não-acadêmica, para citar apenas um exemplo.

Por isso, a luta dos trabalhadores da educação implica enfrentar as medidas de ataque dos governos e derrotar a política de conciliação dessas

direções sindicais.

Derrotar a ofensiva dos governos por meio da mobilização coletiva

Foi importante a vitória das propostas da Oposição, na Assembléia passada. Mas é preciso dar mais um passo no sentido da organização e mobilização. A unidade dos professores é fundamental, porém é preciso avançar para atingir o funcionalismo municipal e federal. Como vimos, a política dos governos é a mesma e, conseqüentemente, a resposta dos trabalhadores tem de ser de conjunto.

A divisão enfraquece o movimento, favorece o corporativismo da burocracia sindical e fortalece os ataques dos governos.

A assembléia tem de aprovar propostas que avancem a luta coletiva.

Chega de acreditar nos arremedos de "negociação". Negociação sem mobilização não arranca nada desses governos. As experiências dizem que somente quando os professores foram à greve é que o governo parou para ouvir as reivindicações.

Fortaleza-CE: Boletim da Corrente Proletária na Educação

Para onde caminha a Campanha Salarial no Estado e Município?

Município:

A Prefeitura de Fortaleza insiste em dizer que não dará mais que míseros 10% de reajuste aos servidores municipais. **Luizianne Lins** segue a diretriz de **Lula/FMI** que é de archo salarial. A Prefeitura gastou mais de **R\$ 700 mil** na limpeza do rio Maranguapinho e diz que não tem dinheiro para a educação. Na última assembleia, de 03 de maio, e nos zonais, a categoria rejeitou a contra proposta da prefeita e exigiu os 50,54% a que tem direito. Além disso, a prefeitura enrola e não dá qualquer posição sobre a incorporação dos aditivos. *Os sábados letivos* que superexploram os professores não apenas continuam como a prefeitura até aumentou mais um logo no 1º ano de mandato do PT. As escolas continuam endividadas, sem recursos, sem merenda.

Dinheiro para pagar os professores existe. O que a prefeita **Luizianne** pretende é priorizar o pagamento das dívidas da Prefeitura para os empresários "juráricos" e deixar a educação à míngua. Por isso, a **Corrente Proletária na Educação/POR** diz: que a Prefeita rompa com a lei de responsabilidade fiscal e atenda às reivindicações da educação. Os recursos são poucos? Então que se sobretaxem as grandes fortunas, isto é, os grandes empresários de Fortaleza, mas que se garanta a reposição das perdas salariais da categoria e os recursos para o funcionamento das escolas.

A direção do **Sindiute**, desde o início da campanha salarial, nunca

buscou a unidade com outros sindicatos (**Sindifort**) para fortalecer a luta. A unidade dos trabalhadores é fundamental para se derrotar os governos. A direção do **Sindiute** prefere o isolamento. Duas audiências já foram marcadas com a prefeita e a direção do **Sindiute** fez questão de que a base ficasse longe. Na pauta de reivindicações entregue a prefeitura pelo **Sindiute**, não constava nem a reivindicação do fim do sábado letivo, nem implantação do piso salarial. Quando as correntes que são oposição à direção criticam e denunciam essa situação, a direção do sindicato (**integrantes da corrente "O Trabalho" do PT**) chama os professores a rasgar e não ler os panfletos daquelas.

Essa prática da direção (que mais lembra os burocratas e pelegos da CUT) somada a outras como a de querer limitar o tempo das falas dos professores de base e oposição enquanto os diretores podem falar à vontade, significa a mutilação da democracia nas assembleias e deve ser rechaçada pelos professores conscientes e lutadores.

Estado:

A burocracia sindical do Fórum Unificado, que é formado por quatorze entidades sindicais estaduais (**Apeoc**, **Sindiute**, **Mova-se** etc.) e mais a CUT encaminha a campanha salarial, por meio de reuniões de cúpula e sem a participação do funcionalismo público estadual de base. Nunca moveram e nem pretendem mover uma palha para realizar uma

assembleia estadual unificada do conjunto dos servidores estaduais para tirar um calendário de mobilizações e de luta contra o governo **Lúcio/PSDB**.

O resultado dessa política distracionista foi o ato realizado em frente ao Palácio Iracema do 29/04, (que foi fixado em um acordo de cúpula longe das decisões de uma assembleia unificada). O ato foi completamente esvaziado, devido à falta de mobilização por parte das atuais direções sindicais ligadas ao reformismo (**PT**, **PC do B** e variantes). Assim sendo, só compareceram as entidades, ou melhor, metade das que compõe o Fórum Unificado, que conseguiram no máximo uma audiência de todos os sindicatos estaduais com o governador **Lúcio** no dia 19 de Maio.

É preciso superar a política distracionista dessas direções: **CUT**, **Apeoc**, **Sindiute** etc, para impulsionar realmente a campanha salarial, por melhores condições de trabalho e a luta contra o governo **Lúcio**.

Nós da **Corrente Proletária na Educação/POR**, propomos um calendário de mobilizações unificado e de luta de todos os funcionalismo público estadual:

***Chega de reunião de cúpula!**

***Que as decisões sejam tiradas em assembleia unificada!**

***Mobilizemos para construir no dia 07 de Junho, uma assembleia geral de todos os servidores estaduais na Praça do Ferreira às 16h;**

*** Por um calendário de lutas unificado Apeoc-Sindiute e outras entidades chega de divisão que só enfraquece e leva a derrota!**

Estudantes-SP: publicamos abaixo boletim da Corrente Proletária Estudantil

Balanço Crítico do V Congresso dos Estudantes de História da USP

O V Congresso foi um momento de discussão e avaliação dos rumos movimento estudantil (ME) no curso de História. A experiência prática da dissolução da diretoria do centro acadêmico numa espécie de autogestão vinha sendo questionada pela falta de respostas coletivas e organizadas do ME no curso de História. A polarização da discussão ao redor da forma organizativa do CA, se com diretoria ou com comissão gestora, se com diretoria proporcional ou majoritária etc. tem ocultado o problema real, que é o da direção política do movimento. A maior ou menor democracia no CA é sempre expressão do grau de mobilização e da política da direção. Uma direção sob influência de uma política revolucionária, que expressa as lutas estudantis pelas reivindicações, em choque com a burocracia universitária, a burguesia e seus governos, e em aliança com o proletariado, terá a necessidade de praticar a mais ampla democracia estudantil. Uma direção burocrática, influenciada por políticas de conciliação de classe e com a burocracia universitária (reformismo etc.) terá de agir afastando os estudantes de base das decisões, burocratizando e esvaziando o CA.

A avaliação da Corrente Proletária é que o Congresso pode representar um passo importante se servir para impulsionar novas mobilizações, o que, desde o princípio defendemos, deveria ser o seu papel fundamental. A própria realização do congresso dependeu de uma *mobilização* – embora em suas resoluções tenha apresentado aspectos contraditórios, sobre os quais falaremos mais adiante –, fato que já foi identificado pelos participantes durante os debates, GDs e plenárias.

Novas comissões poderão ser criadas, uma diretoria será eleita, novos projetos colocados em prática... Porém, tudo isso depende de que as pessoas e grupos que participaram deste congresso – sem excluir os não-participantes, é claro – tomem para si a realização das resoluções, de forma a respeitar as decisões tiradas coletivamente e a fazer com que se caminhe além das votações e discussões. É aí que se verifica que, no final das contas, tudo depende de que política será posta em prática no CA. Uma política que expresse as reivindicações

mais sentidas pelos estudantes poderá atraí-los para a organização de seu instrumento de luta. Do contrário, manterá o CA no nível da superestrutura, afastado dos estudantes.

Dentre os muitos itens importantes que foram aprovados, destacaremos os seguintes, sobre o tema da gestão: 1) Eleição de diretoria colegiada do centro acadêmico (CAHIS), que se realizará em duas plenárias (nos dois períodos), com paralisação das aulas e controle de presença (para evitar que pessoas votem duas vezes); 2) A composição dessa diretoria será definida pelo critério da proporcionalidade, pela qual cada chapa é representada conforme a porcentagem de votos recebidos; 3) Foi garantida a possibilidade da revogabilidade de mandatos dos diretores do CAHIS; 4) A diretoria estará sempre submetida às plenárias. Essas medidas representam a forma organizativa da democracia estudantil.

Em relação aos outros temas, lembraremos dos seguintes pontos aprovados: 1) Debates sobre a Reforma Universitária; 2) Mobilização contra a lei de direitos autorais; 3) Criação da comissão de jornal do CAHIS; 4) Debates – que deverão ser encaminhados pelo Fórum de gestão de Espaço – amplamente divulgados sobre o uso privado do espaço público, incluindo nesse tema as questões da lanchonete e das copiadoras que ocupam o espaço Aquário; entre outros.

No entanto, consideramos extremamente contraditória e negativa a proposta aprovada – que consta da tese “Abre a roda que ela é viva”, composta por militantes do MTL e P-SOL, além de simpatizantes – pela qual se determina que as reuniões da diretoria tenham de se realizar de forma aberta e *com direito a voto a todos os estudantes de História*. É certo que as reuniões de diretoria têm ser públicas, abertas à participação de todos e convocadas amplamente. Agora, permitir o voto a todos significa o mesmo que a proposta de comissão gestora (na prática não há diretoria), proposta derrotada na primeira plenária final do congresso. Significa que, nas decisões da diretoria, qualquer estudante ou grupo tem o poder de decidir sem se submeter à maioria estudantil que elegeu a direção.

Essa proposta surgiu quando se discu-

tia qual deveria ser o número de diretores do CAHIS. Após a derrota da sua proposta, uma parcela dos favoráveis à comissão gestora, então, propôs o número de 1500 diretores para o CAHIS!!! Várias intervenções feitas denunciaram a tentativa de golpe que significava tal proposta. Esse fato comprova que os pseudoanarquistas não se orientam pela ação coletiva, orientam-se pelo individualismo, são os mesmos que boicotam os organismos do M.E. São os mesmos que se apresentam nos fóruns reclamando da falta de participação etc. Como podemos cobrar participação dos estudantes se não se respeitam os espaços que deveriam servir para a intervenção coletiva e democrática? A Corrente Proletária repudia esse tipo de atitude.

Defendemos então o número de 15 diretores (que achamos razoável, pois representa cerca de 1% dos matriculados no curso). O “Golpe dos 1500” tinha como interesse desvirtuar o caráter da diretoria. Acreditamos que o espaço onde todos os estudantes podem discutir e votar propostas são as plenárias. As decisões da diretoria devem expressar as posições submetidas ao conjunto dos estudantes, e que participam da diretoria de acordo com sua expressão proporcional na base, pautadas nos pontos abordados pelas cartas-programa de cada chapa. Os temas mais polêmicos devem ser submetidos às decisões das plenárias, convocadas especificamente para esses fins, ficando a diretoria obrigada a acatar as decisões coletivas.

Por outro lado, gostaríamos de registrar também o repúdio à atitude de um grupo de estudantes – em grande medida ligados àqueles que assinaram a tese “Por um CAHIS representativo e funcional”, influenciada pelo PCdoB –, que abandonaram a plenária após a votação “diretoria eleita *versus* comissão gestora”. Participaram do Congresso com um único propósito: garantir a aprovação da existência da diretoria, que pretendem usar como aparelho para a política burocrática. Estes estudantes da História não estão comprometidos com a idéia de um movimento estudantil combativo e democrático, e por isso sua política deve ser rechaçada pelo conjunto dos estudantes.

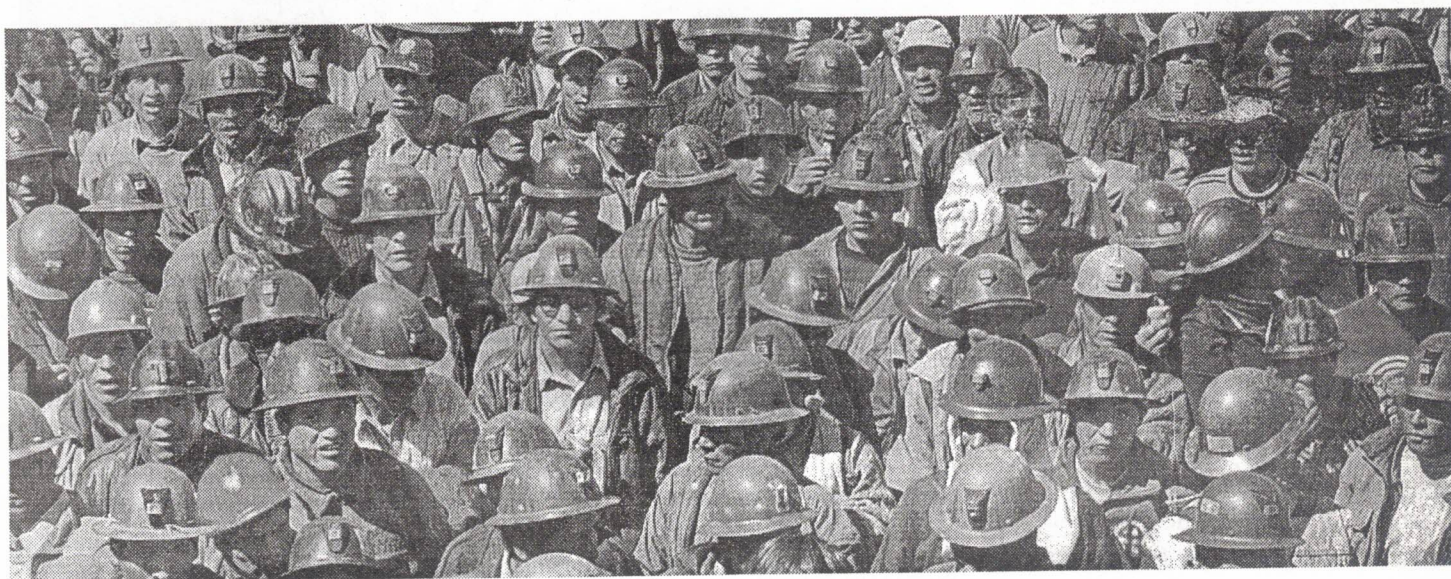
Nesta edição:

- Bolívia vive uma situação revolucionária
- Artigos do Masas boliviano
- Os EUA torturam

Artigos do Cerqui
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



Bolívia vive uma situação revolucionária



O povo boliviano toma as ruas. As manifestações e os bloqueios de estradas desencadearam um processo convulsivo que caminha para a derrubada do governo Carlos Mesa. Os mineiros, cocaleiros, camponeses, indígenas, estudantes, professores e demais oprimidos realizam atos e marchas por todo o país. A capital, La Paz, tem sido palco de confrontos diários entre os manifestantes e a tropa de choque, que cerca o Palácio do Governo e o Congresso Nacional, para impedir que a marcha radicalizada dos oprimidos tome a sede do governo.

Empunhando a bandeira de **nacionalização do gás e do petróleo, sem nenhuma indenização**, uma multidão sacode a pobre e saqueada Bolívia. Lutando contra as empresas multinacionais que exploram as reservas de gás, as massas condenam o governo entreguista que fez aprovar a Lei dos Hi-

drocarbonetos que favorece as companhias estrangeiras. Vinte empresas multinacionais detêm a exploração do gás. A Petrobrás tem parte do controle de fontes de gás e petróleo.

A Bolívia possui a segunda maior reserva de gás da região, atrás da Venezuela. Não por acaso as multinacionais assumiram o controle dessas reservas. Um país rico em gás, mas cada vez mais miserável. Sua história é de brutal colonização espanhola, débil independência, sucessivos golpes militares e governos servis ao imperialismo. Enraizado nessa história, o povo boliviano avança na luta direta e assimila as reivindicações de nacionalização do gás, que se chocam com as forças do imperialismo e com a política neoliberal de Mesa.

POR boliviano luta sobre a estratégia da revolução e ditadura proletária

O Partido Operário Revolucionário (POR-Bolívia) dizia em 5 de março de 2005, no artigo "Mesa Governa para as Multinacionais" que: "Cada dia se confirma nossa afirmação de que a classe dominante está esgotada e já não pode resolver absolutamente nada. A burguesia agoniza na podridão de sua própria politicagem. Qualquer mobilização popular faz balançar o edifício da classe dominante. Uma vez mais tem se comprovado que quando os explorados da Bolívia se incorporam à luta nacional, para recuperar o gás e os recursos naturais das mãos das empresas privadas, a burguesia nativa, seus parlamentares, o governo e o imperialismo se unem aterrorizados para defender o regime da grande propriedade burguesa".

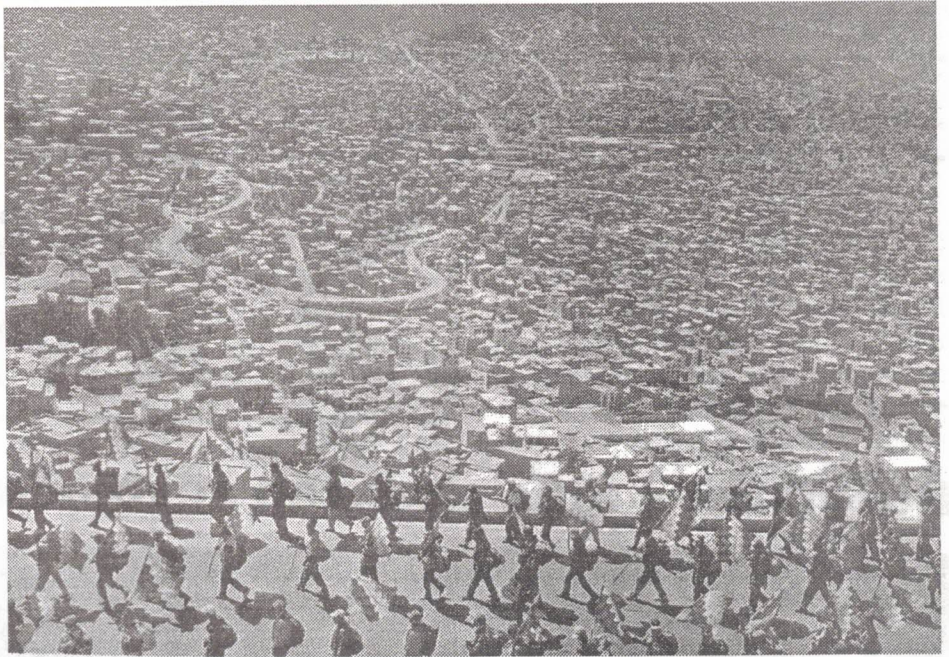
No seu Jornal Massas, de 25 de abril, o POR faz um balanço da luta

das massas contra as multinacionais. Diz assim: "Os explorados, em outubro de 2003, se rebelaram contra a presença das multinacionais no país que exploram o gás, como no passado exploraram os recursos minerais até esgotá-los, deixando o país imerso no atraso e seu povo na miséria".

Analisa a ação dos reformistas pró-burgueses que desvirtuam a luta das massas: "Porque esteve ausente uma direção revolucionária para dar conteúdo revolucionário à luta dos explorados; dirigentes reformistas como Evo Morales, Malku, Solares, juntamente com a classe média das cidades, conseguiram desviar as extraordinárias energias dos explorados para uma Assembléia Constituinte para "refundar o país". Tudo para distrair os explorados e salvar a ordem social burguesa. Prova disso é que até a direita mais recalcitrante faz sua a consigna da Constituinte".

Vemos, em menos de dois anos, a retomada das grandes manifestações. Apesar da reivindicação de nacionalização do gás, sem indenização, portanto pela expropriação, assistimos as mesmas lideranças incorporarem a bandeira burguesa de Constituinte. Em meio aos atuais conflitos, numa recente entrevista de Evo Morales à Folha de São Paulo, 22 de maio, em que o jornalista pergunta: "Qual é a saída para a crise que a Bolívia enfrenta?". Morales responde: "É a Assembléia Constituinte". (...) "queremos acabar com os latifúndios na Assembléia Constituinte, queremos recuperar todos os recursos naturais e queremos desprivatizar todos os serviços básicos".

Não é de hoje que o POR critica a falácia da Constituinte e a conduta pró-burguesa de Evo Morales. Ao invés de atuar para potencializar a luta de classes e preparar as condições para tomar o poder, Evo procura a saída constitucional para manter o sistema capitalista em decomposição. Não é antiimperialista. Basta ver que, na mesma entrevista, Morales diz: "Não queremos que as multinacionais saiam. Precisamos de sócios, mas não



podem ser donos".

Refletindo a influência revolucionária do POR, as massas trazem para as ruas consignas como – nacionalização sem indenização. Ao mesmo tempo, ainda estão sob a direção do reformismo incapaz de ir até as últimas conseqüências com as bandeiras democráticas e antiimperialistas. A Assembléia Constituinte está sendo usada para limitar a ação das massas, que caminham para expulsar a burguesia do Estado.

A crise política, que não deu trégua depois da derrubada do governo de Sanchez Lozada, agudizou-se nos últimos dias com as ameaças golpistas de setores militares. A divisão nos quartéis chegou ao ponto dos tenentes-coronéis Herrera e Galinto exigirem publicamente a renúncia de Carlos Mesa, passando o poder aos militares. O que provocou reação contrária das Forças Armadas. Isso demonstra as rachaduras no organismo militar, principal braço de sustentação dos governos.

A realidade é que o governo não consegue governar. As massas estão nas ruas. A burguesia nacional das províncias com mais recursos, como Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando, que possuem ou reserva de gás, ou agronegócios, buscam por meio do referendo suas autonomias, para preservar os negócios lucrativos. As lideranças reformistas procuram uma saída pacífi-

ca-constitucional. Para isso, contam como aliado o governo Lula, que já mandou um representante na tentativa de firmar um acordo entre os reformistas e o governo de Mesa que, certamente, tem como essência conter as massas rebeldes.

No Jornal *Masas* de 8 de abril, o POR diz que "para recuperar o petróleo é preciso expulsar a burguesia do poder político e do governo. Esse objetivo só se concretizará consumando a revolução e ditadura proletárias. Esta questão fundamental não se resolve pela via parlamentar, pelas negociatas de cúpula ou pela imposição de pactos nacionais pela burguesia e seus lacaios, mas sim pela ação direta das massas, pela violência revolucionária".

Daí a importância da atuação do Partido Revolucionário no movimento social. A revolução proletária é objetivo do marxismo-leninismo-trotskismo na Bolívia. "Somente o POR, cujo programa, forjado no calor da experiência de luta do proletariado mineiro boliviano, é expressão consciente da vontade de emancipação do conjunto da nação oprimida".

O POR brasileiro apóia a luta das massas oprimidas bolivianas e trabalha para pôr em pé o partido da revolução proletária em nosso país, assimilando toda essa experiência de combate desse povo explorado e as lições trazidas pelo POR boliviano.

Bolívia: Artigos do Masas boliviano

Outro Engano:

Criar a Nova Sociedade com a Escola Reformada

Essa é a resposta do Imperialismo e do governo burguês laicaio, para a desconfiança do povo de que com uma nova Constituinte e o Referendo possa nascer uma Bolívia Nova, que recobre sua soberania e que não seja mais colônia dos Estados Unidos da América do Norte.

O imperialismo e os organismos, supostamente bolivianos, encarregados de apresentar um modelo escrito da educação/escola destinada a converter o homem da época de desintegração do capitalismo em uma peça a mais da máquina, dizem que essas escolas projetadas estão destinadas a criar uma nova sociedade, a superar a atual, sem injustiças nem desigualdades. Esquecem de mencionar que serão escravas das multinacionais desde seu nascimento até sua morte. Nós bolivianos não queremos essa monstruosidade.

A escola boliviana, assim como a de todos os países capitalistas, é organizada e alimentada como instrumento do capitalismo, do imperialismo que domina o país e das multinacionais, ou seja, da classe dominante, dos opressores e exploradores do território boliviano e de seus habitantes.

As reformas da educação propostas



não somente se esmeram em diminuir os gastos destinados à educação, à formação e à manutenção dos professores etc, como prestam a maior atenção a superespecialização dos alunos, à eliminação do ensino de todo conhecimento universal que não esteja ligados a determinada profissão.

As propostas apresentadas rechaçam, sem dizê-lo, o princípio da unidade entre a teoria e a prática, como base do verdadeiro conhecimento do homem.

Não devemos esquecer que esse objetivo chamado a salvar o ensino e ao homem não tem como ocorrer no capitalismo, muito menos na sua época de desintegração. A nova escola, sua reforma profunda somente será possível na nova sociedade, nascida da revolução social.

(extraído do Masas boliviano n. 1943 de 08/04/05)

Problema no Campo:

Recuperar a Terra Usurpada,

Apoiados na Autodeterminação das Nacionalidades Nativas

Não é suficiente que os sem-terra ocupem fazendas abandonadas, terras estérteis e inacessíveis. O acordo com o governo burguês, laicaio do imperialismo, para essas atividades é o caminho que leva ao imobilismo, à derrota do movimento e ao assassinato dos líderes.

Esse não é um problema somente dos sem-terra, mas de todos os camponeses, das nacionalidades nativas, que ao longo dos séculos têm sido vítimas do rou-

bo de suas terras e sua escravização através da pongagem.

A classe dominante e seus governos de plantão souberam se apoiar no campesinato, ao mesmo tempo em que usurpavam suas propriedades, o que serve para demonstrar que são seus inimigos jurados. Os dirigentes camponeses que buscam entendimento com a burguesia estão traindo as bases. A burguesia e seus seguidores nunca libertarão os

camponeses, mas, ao contrário, sempre os manterão escravizados.

TAREFAS DEMOCRÁTICAS

A distribuição da terra e a constituição das nacionalidades nativas em Estados soberanos (atualmente estas se encontram subjugadas pelo Estado Boliviano e seus governos burgueses) são tarefas democráticas.



Devemos sublinhar que o governo burguês, que mantém a Bolívia como uma colônia ianque, não pode cumprir as tarefas democráticas.

Os camponeses devem assimilar sua própria história. Está tarefa não será cumprida pelos atuais dirigentes camponeses, pois esses têm a ambição de se tornarem ricos, cumprindo assim a tarefa de manterem acorrentadas as massas.

As tarefas democráticas não resolvidas (como a questão da terra e da autodeterminação nacional) somente

poderão ser solucionadas pelo proletariado que as transformarão em socialistas.

Os ensinamentos de nossa história (particularmente a experiência da ocupação de fazendas em 1952) demonstram que a solução do problema da terra será obra das bases camponesas sob a direção do proletariado.

A Ditadura do Proletariado não oprimirá os povos, materializará sim a Autodeterminação Nacional.

É mentira que a Constituinte burguesa, Mesa ou os atuais parlamentares pos-

sam ajudar os camponeses a recuperar a terra que lhes foi roubada e as nacionalidades nativas a se organizarem em Estados soberanos e se separarem, se assim desejarem, do governo boliviano.

Essas tarefas democráticas só serão cumpridas pela direção operária.

(extraído do Masas boliviano n. 1944 de 15/04/05)

A luta contra a opressão e a penetração imperialista aos países que tem sua soberania usurpada por eles, que têm roubado seus recursos naturais e inclusive convertido alguns em colônias (como a Bolívia), tem de ser mundial, dirigida pelo proletariado

Bolívia marcha para a revolução e ditadura proletárias, necessariamente luta e tem de vencer o imperialismo norte-americano, seu escravizador, e as multinacionais que roubam suas riquezas e a reduzem a servidão.

Uma experiência que não podemos esquecer: em 1971, a Assembléia Popular (um verdadeiro Soviete, órgão de poder das massas oprimidas) marchava a passos firmes para impor a ditadura do proletariado. Essa política foi truncada pela chamada "Operação Condor" de

projeção continental. A revolução boliviana se mostrou muito débil diante de um inimigo que lutava sem trégua e por cima das fronteiras nacionais.

Agora, de novo, marchamos, superando nossos erros do passado, para a revolução proletária, que necessariamente tem de consolidar-se e potenciar-se se apoiando no internacionalismo proletário, na revolução proletária mundial e imediatamente nos Estados Socialistas da América Latina.

Estamos certos de que repetiremos o fundamental do que fizemos no passado, esperançosos de que desta vez não combateremos sós e concretizaremos a materialização do marxismo-leninismo-trotskismo.

Esperamos que dessa vez a revolução operária, a ditadura proletária boliviana, se potencie com o apoio de uma poderosa IV INTERNACIONAL.

(extraído do Masas boliviano n. 1945 de 22/04/05)

A Tarefa do Momento:

Fortalecer o Internacionalismo Proletário

Dizemos aos explorados e oprimidos do mundo inteiro que a Revolução Social Boliviana já aparece no horizonte.

Sabemos que esta revolução será materializada nesta colônia norte-americana que é a Bolívia, atualmente subjugada e explorada bestialmente pelas multinacionais.

A revolução libertadora começará atuando isolada e esperando o apoio internacional, sobretudo do proletariado jovem da América-Latina.

A teoria e a história ensinam que a confirmação da revolução proletária e a marcha para o comunismo só pode se dar com o apoio da IV Internacional.

É nossa principal tarefa consolidar o Partido da Revolução Proletária Mundial, indispensável para sepultar o capitalismo.

(extraído do Masas boliviano n. 1942 de 01/04/05)

Dos arquivos do POR Boliviano:

O Segundo Congresso Mundial da IV Internacional e a América Latina

Em setembro de 1938, no Congresso realizado em Paris, os trotskistas transformaram a Oposição de Esquerda Internacional na IV Internacional. Os trotskistas russos lutaram organizadamente contra o estalinismo contra-revolucionário desde 1923. Em 1929, na Argentina, se criou o primeiro núcleo da Oposição de Esquerda Latino-americana.

No segundo Congresso Mundial da IV Internacional (Paris, abril de 1948) foi adotada uma "Resolução sobre a América Latina", documento que representou o incipiente trabalho político-revolucionário em nosso sub-continente.

A direção da IV Internacional se expressou da seguinte forma ao apresentar para as organizações trotskistas da região as resoluções aprovadas neste Congresso:

"Reproduzimos a seguir a parte resolutiva votada no Segundo Congresso Mundial da Quarta Internacional referente aos países latino-americanos, com o encargo de enviar-lhes, o mais breve possível, todo o corpo de resoluções, uma vez que se concluem as traduções, pois estas se encontram em francês.

Segundo Congresso Mundial da Quarta Internacional

Paris, abril de 1948.

Resolução sobre a América Latina

O Congresso Mundial encarrega o Secretariado Internacional, com colaboração dos delegados latino-americanos,

de elaborar imediatamente após o Congresso, com base nos informes apresentados ao Congresso, um texto de orientação política geral para a América Latina.

Esse texto, acompanhado das eventuais emendas apresentadas por certos camaradas delegados da América Latina, servirá de base para a abertura de uma discussão entre todas as organizações latino-americanas que se reivindicuem da IV Internacional, por meio de um boletim e de uma revista.

Essa discussão servirá para preparar a convocação, no menor espaço de tempo possível, de uma Conferência Lati-

no-Americana que adotarão as teses definitivas sobre a situação e a orientação de nosso trabalho na região e elegerá um sub-secretário latino-americano que trabalhará sob o controle do Secretariado Internacional.

O Secretariado Internacional está encarregado de lançar um chamado em nome do Congresso Mundial, a todas as organizações que se reivindicuem da IV Internacional na América-Latina, com o propósito de realizarem-se em cada país sua unificação em uma só secção da IV Internacional, submetendo suas divergências às decisões do Comitê Executivo Internacional.



Os EUA torturam**Fora os opressores imperialistas**

As denúncias de torturas e assassinatos de prisioneiros afegãos, iraquianos e de ultraje contra a religião dos muçulmanos, por militares norte-americanos, não fazem senão expor a face do imperialismo. A descrição do suplício praticado contra Dilawar e Mullah, pelos norte-americanos, no Afeganistão, e a conseqüente morte não é novidade. Os militares norte-americanos têm uma enorme ficha de especialização – tão aperfeiçoada quanto aos franceses na guerra contra a independência da Argélia – das técnicas de tortura e do requinte de crueldade. Não há limites para crimes contra prisioneiros.

Dilawar foi pendurado pelos braços no teto da prisão da base aérea de Belgran e suas pernas foram moídas a pancadas. Está aí o retrato da barbárie da civilização capitalista.

Os EUA ocupam militarmente o Afeganistão e Iraque, e, para combater a resistência, usam de todo seu poder, violando inclusive acordos internacionais criados pelas próprias potências. Os torturadores alegam que não fizeram senão seguir a orientação do secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, que decretou a não aplicabilidade das Convenções de Genebra no combate ao terrorismo. O governo Bush criou a prisão de Guantánamo, em território cubano, ocupado à força, para que as torturas fossem feitas fora dos EUA.

Os democratas e republicanos não querem que a população de seu país tenha clareza da infâmia que praticam, acobertando-a com o sorriso dos direitos humanos e da democracia.

A denúncia de que os militares espezinham as convicções religiosas dos prisioneiros muçulmanos usando o Alcorão mostra que não se limitam a arrancar confissões pela dor física, procuram humilhar o quanto puderem suas presas. Sabemos que a guerra não tem nada de conflito religioso, mas que comparece como um componente na resistência nacionalista dos muçulmanos não submetidos aos mandos do imperialismo.

Para deslocar parte da classe dominante dos povos muçulmanos e enfra-

quecer a resistência nacionalista, a burguesia norte-americana e seu governo, que se vestem com o protestantismo e catolicismo, procuram separar os bons e os maus seguidores do Alcorão. Mas é nas prisões, nos porões, que a ideologia do imperialismo – dela também faz parte o protestantismo e catolicismo – mostra-se crua e nua.

O imperialismo é o capitalismo monopolista que, como tal, impõe-se pela força sem limites. Por cima de tudo e de todos, está a necessidade das potências aumentarem constantemente a dominação dos países semicoloniais.

O movimento internacional da classe operária, demais trabalhadores e juventude têm a tarefa de denunciar as prisões, torturas e assassinatos praticados pelos EUA. A campanha em defesa dos prisioneiros é parte da luta para derrotar e expulsar o imperialismo do Iraque e Afeganistão. Chega de massacres! Fora o imperialismo do Iraque e Afeganistão! Direito à autodeterminação dos povos!

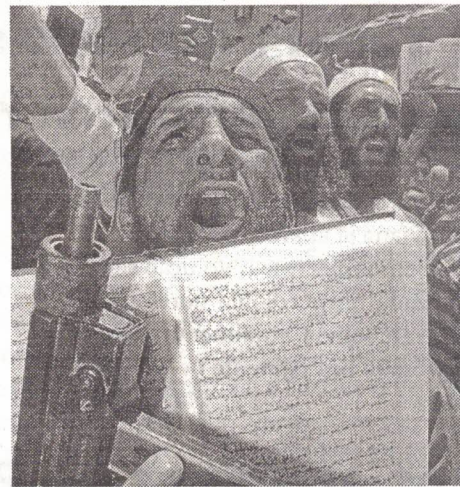
EUA mantêm governo traficante

As atrocidades em Bagram expõem a face do governo Hamid Karzai. A campanha intervencionista dos EUA de que o governo do Taleban era bárbaro e que haveria de impor a democracia, para acabar com o apoio ao terrorismo da Al Qaeda, desmascara-se e alimenta a coação antiimperialista.

O barbarismo do Taleban expressa o desenvolvimento histórico do Afeganistão, país semicolonial e pisoteado pelas potências colonizadoras. O barbarismo dos EUA, que usa da sofisticada tecnologia militar para invadir países indefesos e combate a resistência com torturas e assassinatos de presos, expressa o capital monopolista, responsável pelo estado civilizatório atual do sistema capitalista.

Que democracia foi implantada no Afeganistão? A de um governo submisso aos generais norte-americanos, que não controla o que os invasores estrangeiros fazem com seu povo. Quem governa o país são os ocupantes.

A visita de Karzai para pedir a Bush



que os prisioneiros suspeitos de “terrorismo” sejam colocados sob a responsabilidade do Estado afegão e que haja participação do governo nas incursões militares das forças invasoras ocorre sob circunstâncias de revolta contra os assassinatos em Bagram. A Casa Branca simplesmente desconheceu o pedido e aproveitou para veicular a “preocupação” com o fato de Karzai não pôr fim à plantação de papoula e tráfico de ópio, que, ao contrário, cresceu.

O cinismo dos EUA é sem limites. Para derrubar o governo do Taleban e garantir a ocupação militar do Afeganistão, os gringos se socorreram justamente dos plantadores e traficantes do Norte, que sustentavam seus negócios combatendo o Taleban. Karzai é um dos chefes dos exploradores da papoula.

Os EUA impuseram, a custo de massacres, um governo narcotraficante.

O fato é que governo da burguesia monopolista (imperialista) levanta a bandeira dos direitos humanos e provoca genocídios. Diz que é guardião da democracia e impõe bonecos no governo. Promove campanhas contra o tráfico – os EUA são o maior consumidor de drogas – e alimenta governos narcotraficantes.

Os acontecimentos mundiais, envolvendo os EUA e demais potências, nos mostram o capitalismo em decomposição. As contrações do capital monopolista empurram a principal potência mundial a se utilizar de ocupações militares, quando as semicolônias não atendem aos seus imperativos. Mas as massas oprimidas, por sua vez, reagem e aprendem que o capitalismo tem de ser destruído e em seu lugar construído o socialismo.